

Entre o Estruturalismo e a Hermenêutica

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA

Há obras que ilustram com muita propriedade certas tensões que têm lugar no campo epistemológico entre diferentes posturas teóricas ou paradigmas — se assim posso me exprimir lançando mão desse último termo, sem maiores compromettimentos com a noção kuhniana do mesmo. A obra de Michel Foucault possui essa característica. Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow, professores da Universidade da Califórnia (Berkeley), respectivamente de Filosofia e de Antropologia, procuram em seu *MICHEL FOUCAULT: Beyond Structuralism and Hermeneutics*⁽¹⁾ mostrar em que medida a obra transcende o estruturalismo e a hermenêutica, como que criando, ou colocando as bases, para um novo paradigma susceptível de ser apropriado pelas ciências humanas. Não diria que os autores logram esse intento — se é que eu os interpreto bem. Mas a leitura de seu livro revela, precisamente, que o pensamento de Foucault nutrido-se — entre outras influências — do estruturalismo e da hermenêutica (ou da fenomenologia), não fica nem além, nem aquém de ambos, mas expressa cabalmente a tensão que entre eles existe.

Alguns temas tratados no livro gostaria de destacar. Apontaria a “analítica da finitude” como um dos tópicos centrais da obra de Foucault e que os autores abordam razoavelmente, se bem que com excessiva brevidade. Inspirada em Kant, cuja “analítica transcendental” limita-se a dar conta da representação do mundo, a *analítica da finitude* de Foucault, partindo da concretude histórica do homem, simultaneamente como sujeito cognoscente e objeto cognoscível, visa apanhá-lo nas malhas da história em lugar de constituí-lo no interior de uma metafísica tardia. Se “antes do século XVIII o homem não existia” — conforme a célebre frase de Foucault — as condições de sua existência enquanto tal também não seriam descobertas senão a partir da arqueologia foucaultniana. “Entre uma *metafísica* da

representação e do infinito e uma *análise* dos seres vivos, dos desejos humanos e das palavras de sua língua — diz Foucault —, nós encontramos sendo constituída uma analítica da finitude e da experiência humana” (in *Les Mots et les Choses*, apud Dreyfus & Rabinow, p. 28-29). Reconhecem os autores que “em lugar de uma análise de representações, encontra-se agora uma *analítica*”. (p. 28). E esclarecem que desde Kant uma analítica é uma tentativa para mostrar como representação e análise de representações são possíveis e em que extensão ambas são legitimadas. Em lugar da “analítica transcendental” kantiana, cujo universo de representações não abriga o homem como objeto, a analítica da finitude debruça-se sobre a experiência humana de conhecer e de conhecer-se, experiência essa manifestada de forma caleidoscópica no âmago de uma história competentemente resgatável — como sua arqueologia do saber busca efetivar. O objeto-homem é aqui construído em toda sua facticidade, portanto como ser finito. Aduzem os autores, em reconhecimento da clara contribuição de Foucault à inteligibilidade desse homem como produtor de saber, que “a tentativa de tratar as limitações factuais como finitude e, então, fazer da finitude a condição de possibilidade de todos os fatos é uma noção inteiramente nova” (p. 29).

Se a analítica da finitude nos remete a Kant, a temática do *impensado* nos leva ao âmago da tensão entre estruturalismo e fenomenologia — e ao lugar que ela ocupa no pensamento de Foucault. “Ce que je pense n'est que l'effect de ce que j'impense.”⁽²⁾ Aquilo que penso é o efeito daquilo que não penso, vale como um enunciado perfeito da efetiva limitação do *cogito* e do reconhecimento de suas determinações. “Se o homem deve ser inteligível para si mesmo — assim escrevem Dreyfus & Rabinow — este impensado precisa ser afinal acessível ao pensamento (...), entretanto na medida em que este impensado em sua obscuridade é precisamente a condição de possibilidade de pensamento (...) jamais pode ser amplamente absorvido no interior do cogito” (p. 35). Mas o lugar do impensado na obra de Foucault é identificado pelos autores como tendo sua origem na filosofia de Husserl, particularmente através da leitura que dele faz Merleau-Ponty — e de quem Foucault fora aluno. Isso coloca um problema interessante que Dreyfus & Rabinow não quiseram ou não souberam equacionar: o da passagem da problemática do impensado do âmbito da fenomenologia ao do estruturalismo. Pelo menos dois fatos podem ser evocados para nos servirem de guia no encontro dessa passagem. Um, o interessante artigo de Merleau-Ponty “De Mauss a Claude Lévi-Strauss” (publicado em *Signes*, cap. IV);

outro, a dedicatória que Lévi-Strauss faz a Merleau-Ponty em seu *La Pensée Sauvage* exprimindo o seu reconhecimento pelo diálogo vivo que ambos mantiveram durante anos e de que o livro não era senão uma continuação. Como articular Lévi-Strauss nesse diálogo fenomenológico? A mim parece que Lévi-Strauss, ao encontrar o impensado na estrutura dos discursos mitológicos, oferece uma resposta — pela via da etnologia — a uma problemática construída no interior da filosofia. E é precisamente nessa resposta, segundo a qual se viabiliza uma descrição não mais fenomenológica mas estruturalista do impensado, que Foucault irá se inspirar para realizar em seu *Les Mots et les Choses* a descrição do universo do saber ocidental dos séculos XVIII e XIX. Nesse livro e em seu *L'Archéologie du Savoir*, Foucault encaminha a solução do problema fenomenológico do impensado através de uma metodologia caracteristicamente estruturalista. Não importa que Foucault se diga muitas vezes “anti-estruturalista” — como, por exemplo, em sua entrevista publicada como cap. 1 de seu *Microfísica do Poder* e cuja 3.^a edição brasileira acaba de sair⁽³⁾ —, o certo é que seu método “arqueológico” procede do estruturalismo re-ortando a história, transcendendo os eventos (ainda que não os menospreze), desarticulando as escrituras e as verbalizações para rearticulá-las ao nível das formações discursivas, tudo isso para nos fornecer não o sentido nem as condições de sua *aparição* — segundo as suas próprias palavras, objeto do estruturalismo — mas “as condições de modificação e de interrupção de sentido, as condições em que o sentido se dissolve para dar lugar à aparição de outra coisa”.⁽⁴⁾ Essa “outra coisa” Foucault começa a nos oferecer em *Les Mots et les Choses* e continua, com a adoção de estratégias mais desligadas de procedimentos estruturalistas, em suas obras posteriores.

Dreyfus & Rabinow vão situar essas obras posteriores de Foucault sobre a clínica, a prisão, a loucura e a sexualidade, num patamar além do estruturalismo. Dir-se-ia que os interlocutores privilegiados de Foucault passam a ser os hermenêutas, dos fenomenólogos como Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty a voluntaristas como Nietzsche. É quando o método genealógico começa a substituir a arqueologia — pois se como método pode ser sempre transformada, não necessariamente se desvanece como objetivo —, a contribuição que Foucault dá ao livro de Dreyfus & Rabinow nele publicada como “Afterword” e intitulada “The Subject and Power”, revela o quanto a problemática do poder e sua genealogia ocupam o seu pensamento atual. Seguramente, este seu “Afterword” e a segunda parte do livro em questão, dedicada à genealogia do indivíduo mo-

derno, representam o que de melhor os autores oferecem ao leitor. E em sua conclusão, Dreyfus & Rabinow elegem três conjuntos de questões, respectivamente sobre a Verdade, a Resistência e o Poder, que bem exprimem a temática maior da obra de Foucault, ou os dilemas que essa obra, ainda *in progress*, enfrenta. “Em cada conjunto — escrevem os autores — há uma aparente contradição entre o retorno à visão filosófica tradicional de que descrição e interpretação afinal precisam corresponder ao modo das coisas serem realmente, e uma visão nihilista de que a realidade física, o corpo, e a história sejam o que quer que os consideremos. Construimos essas questões — e este livro — para demonstrar como Foucault procurou evitar abarcar uma ou ambas formulações” (p. 205). Continuam os autores dizendo que Foucault, nesse sentido, sempre se recusou ir além de suas “demonstrações concretas”, ainda que insuficientes para dar conta de todas aquelas questões: daí esse seu “ziguezague” entre a filosofia tradicional e um abandono de toda *seriedade*, a saber daquilo que é dito apenas por especialistas. Entre o discurso filosófico-científico e os saberes do cotidiano, parece formar um campo riquíssimo à exploração arqueológica e hermenêutica.

Por tudo isso não há como negar a Foucault uma criatividade raramente vista nessa busca de esclarecimentos sobre a própria facticidade do conhecimento. É a razão que faz do filósofo um autor importante ao cientista social, notadamente ao antropólogo debruçado sobre as determinações do *impensado social* na constituição do entendimento humano. Foucault recupera esse impensado através da exploração da história — melhor diria, das histórias — dos saberes e de seus domínios. É aí que podemos articulá-lo com historiadores da ciência, como Thomas Kuhn. Dreyfus & Rabinow efetivamente ligam a obra de Foucault com a de Kuhn. É quando a questão da Verdade, que se mencionou acima, torna-se melhor equacionada e inteligível ao leitor. Embora Kuhn se dedique ao que Foucault consideraria — na opinião daqueles autores — “conhecimento sério”, seu empenho em examinar as determinações externas à lógica da ciência, i.é. à sua dinâmica interna, faz dele um autor naturalmente comparável a Foucault, guardando-se as diferenças. Mas se é certo que Dreyfus & Rabinow estimulam tal comparação, é igualmente certo que a interpretação que dão a certas noções-chaves do pensamento kuhniano não o traduzem com felicidade. Menciono como exemplo a consideração da inaplicabilidade da noção de “ciência normal” às ciências humanas. Segundo os autores “As ciências humanas são precisamente ciências *não* normais no sentido de Kuhn. Há sempre um

número de escolas conflitantes, cada uma com seu pseudoparadigma” (p. 76). Porém, esse não é o problema! Nada me parece mais apressado do que enunciar isso com tal convicção. Se o *paradigma* é uma “matriz disciplinar” não necessariamente sujeita a uma redução formalista ou matemática, mas unicamente solidária de uma determinada *exemplaridade* — a servir de orientação (portanto de paradigma) enquanto produtor de exemplos que uma comunidade de cientistas compartilha num determinado momento da história da disciplina, então como não considerar a possibilidade das ciências humanas (ciências apenas *menos* desenvolvidas, no dizer de Kuhn) não poderem ser entendidas através da noção de matriz disciplinar? Obedecida essa matriz, ou melhor, cumprido o seu papel paradigmático, o cientista social, por exemplo, estaria percorrendo o caminho da ciência normal; porém, rompida a matriz, ocorreria aquilo que Kuhn chama de revolução científica. As dificuldades que Kuhn, originalmente um físico, encontra em passar de uma reflexão em cima da física ou da química — ciências “desenvolvidas”, em sua definição — para as ciências humanas, não significa jamais que as noções de paradigma ou de ciência normal, cunhadas por ele, não se apliquem de maneira frutífera nestas últimas.

As questões de Resistência e de Poder, destacadas pelos autores como sendo tão importantes quanto a da Verdade na obra de Foucault, guardam entre si uma relação dialética expressa de uma forma privilegiada — e simbólica — no corpo, no *corps propre*. Corpo que segundo Merleau-Ponty não é nada mais do que a maneira pela qual temos acesso ao mundo e, simultaneamente, um modo de aparição do próprio mundo. Nesse sentido, temas tão caros a Foucault como a *sexualidade* ou a *palavra* (como expressão do corpo) ou, ainda, a sua própria *espacialidade* (“la spatialité du corps”), são modalidades de um corpo que de certa forma simboliza o *corpo social*. A disciplina desse corpo, sua tortura, seu domínio, não se dão, contudo sem resistência. “Foucault sustenta — escrevem os autores — que poder necessita resistência como uma de suas condições fundamentais de operação. É através da articulação dos pontos de resistência que o poder é rompido. — E acrescentam — Resistência é um elemento de funcionamento do poder e uma fonte de sua perpétua desordem” (p. 147). É nesta direção que Foucault se encaminha para uma elaboração de uma teoria geral do poder. E é neste sentido que o seu *Afterword*, a que me referi, está dedicado exclusivamente a discutir a questão do poder e de como exercitá-lo. Por esse motivo, não posso deixar de sugerir ao leitor a leitura do seu con-

junto de ensaios, atrás referido, *Microfísica do Poder*, como um livro que prepara a construção dessa teoria.

Dreyfus & Rabinow formulam aquelas que lhes parecem ser as três maiores questões — e sugerem várias outras — ao longo de nove capítulos distribuídos em duas partes distintas: quatro na primeira, intitulada “A Ilusão do Discurso Autônomo” (“The Illusion of Autonomous Discourse”); e cinco outros na segunda parte — a que já mencionei — denominada “A Genealogia do Indivíduo Moderno: A Analítica Interpretativa do Poder, da Verdade e do Corpo” (The Genealogy of the Modern Individual: The Interpretive Analytics of Power, Truth and the Body). Enquanto os capítulos da primeira parte versam sobre “Práticas e Discursos nos primeiros trabalhos de Foucault” (cap. 1), “A Arqueologia das Ciências Humanas” (cap. 2), “Por uma Teoria da Prática Discursiva” (cap. 3) e “A Falha Metodológica da Arqueologia” (cap. 4), os cinco seguintes abordam a “Analítica Interpretativa” (cap. 5), “Da Hipótese Repressiva ao Biopoder” (cap. 6), “A Genealogia do Indivíduo Moderno como Objeto” (cap. 7), “A Genealogia do Indivíduo Moderno como Sujeito” (cap. 8) e “Poder e Verdade” (cap. 9). Dentro desses capítulos são examinados — e resumidos os argumentos de Foucault — temas dos mais significativos constantes de sua obra. Desde a analítica da finitude (cap. 2), a análise das formações discursivas (cap. 3) e o poder da explicação (cap. 4), temas tratados na primeira parte, até os enfeixados na segunda parte como a genealogia (cap. 5), a tecnologia do corpo como objeto de poder (cap. 6), a punição e a tecnologia disciplinar (cap. 7), a tecnologia confessional (cap. 8), os rituais de poder, os paradigmas e as práticas (cap. 9). Embora escrito para o público norte-americano, não diria que *MICHEL FOUCAULT: Beyond Structuralism and Hermeneutics* não possa ser recomendado ao leitor brasileiro. A exposição ordenada de suas idéias e o exame ponderado do campo intelectual de onde elas emergem creditam a Dreyfus & Rabinow o reconhecimento do próprio Foucault quando testemunha — na quarta capa do livro — constituir ele “uma clara e inteligente análise da obra que tentei realizar. — E acrescenta — Resolvendo muitos mal-entendidos, ele oferece uma visão acurada e sintética”. A falta de um livro dessa natureza sobre Foucault em português permite, a despeito das críticas que sempre sobre ele se poderá fazer, recomendá-lo à tradução, tornando-o assim acessível ao estudante e ao grande público.